



## O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, E OS AVANÇOS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Victor Felipe Lins da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo realizar uma breve discussão a respeito da trajetória histórica do ensino superior no Brasil, de modo a destacar os desafios postos ao longo da história para esta política. Tendo o materialismo histórico-dialético como método de pesquisa. Assim sendo, busca-se demonstrar os avanços e desafios para a assistência estudantil no ensino superior à luz do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, de modo a salientar a importância da construção e efetivação da assistência estudantil enquanto uma política sólida e que possibilite ao estudante melhores condições de permanência.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Assistência Estudantil; PNAES.

### Abstract

The purpose of this paper is to conduct a brief discussion about the historical trajectory of higher education in Brazil, in order to highlight the challenges posed throughout history for this policy. Having historical-dialectical materialism as a research method. Thus, the aim is to demonstrate the advances and challenges for student assistance in higher education in the light of the National Program of Student Assistance (PNAES), in order to emphasize the importance of the construction and implementation of student assistance as a solid policy that allows the student best conditions of stay.

**Keywords:** Higher education; Student Assistance; PNAES

## I. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma breve discussão a respeito da trajetória histórica do ensino superior no Brasil, de modo a ressaltar os desafios postos para o desenvolvimento do ensino superior na esfera pública diante das diversas conjunturas históricas vivenciadas pelo país, ou seja, da gênese do ensino superior no país até a forma assumida por este na contemporaneidade.

---

<sup>1</sup> Discente do 8º período em Serviço Social, pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade de Palmeira dos Índios. E-mail: (victorlins.sso@gmail.com).

O trabalho visa também, destacar a importância da assistência estudantil neste processo, de modo a demonstrar os avanços e desafios para a assistência estudantil na universidade à luz do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, salientando a necessidade de se ter a efetivação desta, enquanto uma política permanente.

Contudo, este trabalho foi desenvolvido à luz de autores como Coral (2014); Araújo (2003); Silveira (2012); e Minto (2011). Sendo assim, o método utilizado para a realização deste trabalho foi o materialismo histórico-dialético, tendo como base a pesquisa bibliográfica a partir de livros, teses, dissertações e artigos científicos.

## **II. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:** breves considerações.

A educação superior no Brasil, desde sua gênese, estabelece intrínseca relação com o desenvolvimento do capitalismo no país, pois, esta surge num determinado conjunto de relações sociais que, vão nortear o seu desenvolvimento, buscando atender as demandas que eram suscitadas no interior do modelo socioeconômico preponderante naquele contexto.

Assim sendo, para poder compreender o que é a educação superior no Brasil, se faz necessária à compreensão de como se deu a formação das primeiras instituições de ensino superior e sua funcionalidade para o desenvolvimento do capitalismo no país, fazendo o resgate de sua trajetória histórica enquanto política até os dias atuais.

A educação superior no Brasil de acordo com Coral (2014) começa em 1808 com a chegada da família real portuguesa. As instituições de ensino superior fundadas neste período tinham o objetivo de “formar quadros profissionais para ocuparem cargos administrativos, burocráticos, de serviços médicos, de engenharia e de segurança que a nova estrutura da colônia necessitava” (CORAL, 2014). Vale ressaltar que neste momento, o acesso à formação de nível superior era restrito apenas para as pessoas pertencentes às camadas que compunham a elite (nobres, proprietários de terras, etc.), neste sentido, além de ter espaço no mercado de trabalho os que se formavam conseguiam status e prestígio social.

Como aponta Coral (2014), mesmo após a independência esse modelo de ensino superior foi mantido, visto que, a ordem socioeconômica permaneceu a mesma. Porém, foi a partir da Primeira República que houve a descentralização do ensino superior em favor dos Estados, de maneira que, a criação de instituições de ensino superior cabia somente ao poder central. Desta forma, foram promulgados decretos e leis que permitiam que as instituições de ensino superior fossem criadas pelos Estados e também pela iniciativa

privada, o Estado deixa de ser o órgão responsável pela validação dos diplomas e as instituições passam a exercer sua função de forma autônoma.

Houve a expansão de instituições de ensino superior pelos Estados e principalmente pela iniciativa privada que correspondia a instituições religiosas e a grupos da elite. O fato é que essa expansão acabou por se configurar num processo de mercantilização da educação, e por sua vez, houve o surgimento de instituições não qualificadas, que fez com que o Estado reassumisse a responsabilidade pelas instituições de ensino superior, sendo assim,

“Nesse contexto histórico, as medidas de descentralização, que beneficiavam os Estados da federação, e o crescimento das instituições privadas foram vistos como ameaça à própria função do sistema de ensino superior (Cunha 1999), sendo introduzidos, no país, os exames vestibulares, além de várias medidas de reforma que visavam à contenção de matrículas, implantadas por força de Decreto-Lei em 1911 e 1915” (ARAÚJO, 2003).

Portanto, o estado volta se responsabilizar financeiramente pelas instituições, passando também a controlar a qualidade das mesmas, mantendo a seleção através de exame vestibular como forma de ingresso nas instituições, de modo a fortalecer a seletividade daqueles que vão ingressar no ensino superior, logo, restringindo o direito ao acesso à educação superior.

Diante deste contexto, a primeira universidade do Brasil, foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 através do decreto n.14.343, de 7 de setembro, a criação desta universidade é “resultante do agrupamento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro” (CORAL, 2014).

Coral (2014), e Araújo (2003), apontam que a conjuntura socioeconômica vivida pelo país a partir da década de 1920, implicou uma série de discussões em torno da educação superior enquanto questão nacional. Visto que, o país estava passando pelo processo de crescimento urbano e industrial, logo, o aumento significativo da classe trabalhadora, com isso, as demandas colocadas pelo mercado de trabalho exigiam que se houvesse uma formação para além daquela que existia no país.

Neste período, as relações sociais estabelecidas no país se davam pelo encontro da herança da organização social baseada nas relações agrário-fundiárias, e o novo processo de industrialização e urbanização iniciado no século XX. Segundo Coral (2014), estes dois formatos é que vão oferecer as bases para a reprodução e a acumulação de capital, pois, os trabalhadores se encontravam em um contexto de inexistência de leis e direitos.

Assim, no contexto em que se encontrava o país a lógica posta para educação

superior firmava-se na direção da formação para as camadas da elite e na obtenção de mão de obra capacitada/qualificada para o trabalho. Desta forma, “(...) *as lógicas econômicas e política, muito mais do que a científica, cultural e social, predominou e fundou o próprio direito à educação superior*” (ARCOVERDE et al, 2000 *apud* ARAÚJO 2003, p. 67).

A conjuntura política e econômica que vinha se desenhando desde os anos 1920, e através de uma série de debates sobre as questões que envolviam a universidade, resultam no acontecimento de alguns marcos históricos, assim sendo,

“No bojo desse processo, ressaltamos a criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, a Reforma Francisco Campos em 1931, o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – acontecimento que é um marco na educação brasileira –, e que, através do diagnóstico da situação educacional, propôs reforma no ensino superior, apresentando diretrizes para a formulação de uma política educacional” (ARAÚJO, 2003, p. 67).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova se constituiu enquanto um importante instrumento em defesa da educação pública, e para que se fosse construído um projeto de educação nacional, que segundo Coral (2014), “O Manifesto destacava a necessidade da construção de um programa educacional nacional, norteado pelos princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola” (CORAL, 2014, p.21).

Embora a Constituição Federal de 1934 apresente no tocante à educação alguns pressupostos do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, de acordo com Araújo (2003), é apenas na Constituição Federal de 1937 que vai aparecer a expressão diretrizes e bases da educação nacional, na Constituição destaca-se também, o incentivo a iniciativa privada, de modo que ao Estado cabe o papel de contribuir para o desenvolvimento e criação das instituições, privadas ou não.

Neste sentido,

“A educação pública e gratuita é para aqueles que não puderem adquiri-la nos estabelecimentos privados. Mas é a gratuidade assentada na seletividade, tem-se que provar a escassez de recursos, aos que não tem como provar tal condição cabe contribuição. A educação gratuita é a educação dos pobres” (CORAL, 2014, p.22).

A educação superior vai se consolidando enquanto direito e questão nacional, e entre as décadas de 1930 e 1940, surgem uma série de decretos e leis que vão nortear os rumos da educação, lembrando que sempre associada à lógica do capital, de modo a se destacar o incentivo ao ensino técnico e profissionalizante, surgindo o SENAI e SENAC, como formadores de profissionais para os setores como, indústria, agrícola, e comércio.

De acordo com Coral (2014), a partir de 1946 a União retoma a competência privativa em legislar no que se refere à educação, e também passa a fixar recursos a serem



destinados para a educação, é neste período que a educação ressurgiu como direito de todos, porém, com sua execução não sendo exclusiva na esfera estatal, destacando o incentivo ao desenvolvimento do ensino na iniciativa privada. Desta forma, nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos sociais levantaram uma série de debates em torno das questões que envolviam a universidade, até que se chegou em 1961 na elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

De acordo com Coral (2014), no período entre 1940 e 1960 houve a expansão dos estabelecimentos de ensino - logo do número de matrículas -, a maioria pelo setor privado já que encontravam incentivos nas legislações existentes (LDB, Constituição), mas também se teve aumento das instituições públicas, devido o processo de federalização das faculdades estaduais ou privadas.

A conjuntura em que se apresenta a década de 1960, especialmente com a ditadura militar em 1964, é marcada pelo desenvolvimento urbano e industrial e as transformações ocorridas no capitalismo, período marcado também pela abertura aos investimentos do capital estrangeiro, principalmente no setor de serviços, na qual se tem o favorecimento da expansão deste, em detrimento dos investimentos do setor público.

Neste contexto, se tem a pressão dos movimentos estudantis pela ampliação das vagas e também dos recursos para a universidade, inclusive estava em pauta a reforma universitária. De acordo com Coral (2014), além destas reivindicações os movimentos lutavam também por questões populares, como educação, cultura, erradicação do analfabetismo.

Assim sendo, as demandas postas pelo capitalismo suscitavam a expansão do ensino superior que se desenvolveu com o caráter tecnicista. Como salienta Minto (2011), o projeto de expansão do ensino superior neste período se desenvolveu com o caráter dualista, tanto pelas reivindicações por parte dos movimentos sociais que buscavam ter acesso ao ensino superior, quanto pelo interesse do capitalismo em atender as demandas do mercado, do progresso econômico e desenvolvimento das forças produtivas.

É possível afirmar que, as reformas que ocorreram no ensino superior no período ditatorial, através do aparato legal, sinalizam para uma universidade que vai se desenvolver - no que se refere à pesquisa e a produção de conhecimento -, de modo a atender as demandas suscitadas pelo capital. Possibilitando a expansão do setor privado e a alocação de recursos por parte do Estado neste setor, trazendo implicações para os movimentos estudantis/sociais que defendem a universidade pública e a democratização do ensino. E nesse cenário que se desenha a expansão e democratização do ensino superior, subordinado as ordens do capital e com forte expansão do setor privado.

A reestruturação produtiva que vai configurar uma nova sociabilidade para o



capitalismo a partir da década de 1970, devido à crise do modelo keynesiano vivenciado por alguns países no pós-45, foi caracterizada não só pelo avanço tecnológico, mas também, pela flexibilização nas relações de trabalho. A partir deste momento, a produção do conhecimento científico e tecnológico estabelece uma relação intrínseca com as relações de produção demandadas pelo capital.

É neste contexto, em que os países periféricos (inclusive o Brasil) estão mergulhados nas dívidas externas tendo que obedecer as determinações das agências financeiras internacionais, a exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI. Assim sendo, o Banco mundial passa a estabelecer uma série de orientações tanto para as políticas sociais, quanto para o ensino superior, para que os países periféricos (especialmente os da América Latina) possam cumprir. Neste sentido, destacam-se o incentivo à expansão do setor privado, a diferenciação das instituições de ensino superior e a diversificação de recursos para as instituições públicas, além das privatizações (ARAÚJO, 2003).

Esse cenário que veio se apresentando a partir de 1970 teve maior impacto no Brasil a partir da década de 1990, na qual, ocorreu o que a autora Elaine Behring caracteriza como a “contrarreforma do Estado brasileiro”, ocorrida mais precisamente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O processo de “contrarreforma” provocou grandes rebatimentos para as políticas sociais no geral, pois o argumento utilizado era que o Estado gastava demasiadamente com a área social, e isso gerava a crise fiscal, por conta de o gasto ser maior que a receita que era arrecadada. Com isso, se fazia necessário o enxugamento da máquina pública, fazendo com que o Estado privatizasse os serviços públicos, prestando-os na esfera privada.

A ideia neoliberal para as políticas sociais e para o ensino superior era a de que o Estado não fosse mais o responsável direto pelo seu financiamento, sendo apenas o órgão incentivador e regulador destes serviços, que serão prestados pela esfera privada, isso faz com que as universidades públicas recorram por financiamentos por parte da iniciativa privada, resultando na privatização e terceirização de serviços.

Diante disto, as tendências neoliberais – que vão se desenvolver nos anos 2000 - postas para a educação superior se dão pela mercantilização do ensino, na medida em que vai ocorrer à expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) no setor privado. A universidade pública sofre com os cortes orçamentários promovidos pelos ajustes fiscais. O modelo de universidade que se executa a partir dos anos 1990, é que as universidades públicas passem a se configurar enquanto instituições burocráticas, operacionais, submetidas a avaliações por produtividade, ou seja, funciona apenas como uma empresa a serviço do capitalismo, sendo submetidas a privatizações de serviços como fonte de



arrecadação de recursos, terceirizações, flexibilização nas relações de trabalho, o que acarreta na precarização de serviços e no trabalho de servidores e docentes.

O projeto de expansão e democratização do ensino superior, ganha espaço no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, de modo em que, no seu governo foram desenvolvidas reformas no ensino superior, nos aspectos em que envolvem a captação de recursos nas universidades públicas, e a expansão e democratização do ensino (CORAL, 2014). Expansão esta, favorecida pela diferenciação das IES impostas pelo Banco Mundial, ou seja, “As instituições de ensino superior passaram a ser classificadas em cinco modalidades: 1) Universidades, 2) Centros Universitários, 3) Faculdades Integradas, 4) Faculdades, 5) Institutos Superiores ou Escolas Superiores” (ARAÚJO, 2003, p. 76).

Além de possibilitar a expansão, a diferenciação também permite que estas instituições recebam recursos públicos, pois, muitas delas se configuram enquanto instituições filantrópicas, ou sem fins lucrativos, e ao aderirem a programas de financiamento garantem isenções fiscais. Vale lembrar, que a proposta de democratização do ensino superior era a de que houvesse o aumento do acesso pelas diversas camadas da sociedade, porém, este acesso deveria se realizar por meio das instituições privadas.

Os programas de financiamento estudantil, como o FIES e PROUNI, surgem com o objetivo de promover o acesso da população – principalmente da classe trabalhadora - ao ensino superior nas instituições privadas, lembrando que a inserção dos indivíduos nas instituições por meio destes programas se dá por meio de seletividade (no FIES por contratos nas instituições bancárias tendo como exigência a nota obtida no Exame nacional do Ensino Médio – ENEM, e no PROUNI concessão de bolsas totais ou parciais, também por meio da nota do ENEM). Vale ressaltar que, nestes programas estão explícitos os interesses do capital, de modo em que vão ser direcionados a desenvolver setores estratégicos para funcionamento da economia do país, como prova disso, para o ano de 2016 o MEC, destinou cerca de 70% das vagas do FIES para os cursos “prioritários”, ou seja, os cursos nas áreas de saúde, engenharias e licenciaturas (FRANCO, 2015).

A existência destes programas compreende que o Estado passe a investir dinheiro público no setor privado, além disso, segundo Coral (2014), estes programas também funcionam como uma garantia de que as instituições não venham a ter prejuízos financeiros por questões de inadimplência, entre outros. E para aqueles que não conseguirem ter acesso ao ensino superior são ofertadas vagas em cursos profissionalizantes - como exemplo, o PRONATEC, criado no governo de Dilma Rousseff -, para que também fiquem aptos a serem inseridos no mercado de trabalho.

Neste contexto, Coral (2014), destaca dois programas que foram destinados para a expansão do ensino superior no setor público, o Programa de Apoio a Planos de



Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que segundo a autora refere-se à expansão na modalidade de cursos presenciais no setor público federal, e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que corresponde a expansão na modalidade à distância.

O REUNI, foi criado pelo governo federal em 2007, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. De acordo com o MEC (2010), o programa tem como objetivo ampliar as vagas e as condições de permanência no ensino superior. Desta forma, “As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país” (MEC, 2010, p.1).

### **III. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE.**

Para poder compreender a relação assistência estudantil e universidade, é necessária a compreensão de que a partir do momento em que há a expansão e democratização do ensino superior, é preciso proporcionar as condições objetivas para que os estudantes possam permanecer na faculdade, e logo, concluir o curso. Assim sendo, “torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes” (FINATTI, 2008, p. 196 *apud* SILVEIRA, 2012, p. 48).

Neste sentido, as demandas apresentadas pelos estudantes, – enquanto resultantes das expressões da “questão social”, e das desigualdades sociais apresentadas principalmente ao ingresso pertencente às classes marginalizadas – ressaltam a necessidade de ser ter uma política que garanta as condições de permanência nas IES, no sentido de poder dar respostas as necessidades do indivíduo, não só no âmbito socioeconômico, mas também, nas outras dimensões, de modo a se constituir enquanto instrumento que possibilitem aos estudantes o acesso à educação pública gratuita e de qualidade.

Assim sendo, se constitui enquanto espaço de luta e de desafio para os movimentos sociais, a necessidade de que a assistência ao estudante se constitua enquanto direito, e enquanto política pública, de modo que, ao mesmo tempo em que se tenha a ampliação ao acesso, se tenha também a garantia das condições de permanecer na academia.

#### **3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**



Como mencionado no item anterior, garantir as condições básicas de permanência dos estudantes nas IES, se constitui enquanto luta tanto pelos próprios estudantes, quanto pelos movimentos sociais, que lutam em defesa da universalização dos direitos estudantis, no sentido de promover uma educação superior que possibilite ao estudante o seu desenvolvimento acadêmico e social, de modo a defender a existência de uma política que possa responder as demandas sociais, psicológicas, culturais, econômicas, etc.

Neste sentido, em 2008 se tem a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cujo objetivo é democratizar as condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. De acordo com Silveira (2012), instituído pelo MEC em dezembro de 2007. Porém, em 2010 no governo do presidente Lula, o PNAES foi instituído pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Assim sendo,

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

O artigo 3º do PNAES ressalta que, as atividades do programa devem se dá no sentido de articular o ensino, pesquisa e extensão, no sentido de desenvolver as áreas de moradia estudantil, transporte, cultura, apoio pedagógico, creche, esporte, lazer, entre outras. Cabendo as IES, a definição dos critérios para a inserção e seleção dos alunos que irão participar do programa. Apesar da finalidade do PNAES ser permitir que o estudante tenha acesso ao ensino superior de modo a estimular as áreas mencionadas anteriormente, o que se tem na maioria das IES – principalmente no interior – é a resposta apenas na dimensão socioeconômica, resumindo a assistência estudantil apenas ao caráter financeiro.

A implementação do PNAES, pode ser interpretada enquanto conquista das lutas e mobilizações travadas em torno da educação superior. Porém, sua execução implica num conjunto de desafios, de modo em que, se aplica reforçando a ideologia neoliberal de seletividade e focalização dos indivíduos, buscando atender apenas aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Outro desafio é fazer com que o PNAES se realize em sua amplitude, de modo a romper com o atendimento apenas da dimensão financeira, o que acarreta na limitação do atendimento, e também, o fato de que muitas instituições além de não possuir uma equipe multidisciplinar, também não possuem a estrutura necessária para executar as ações previstas no programa.



O PNAES significa um avanço no que se refere à assistência estudantil, mas se faz necessária à compreensão, de que é preciso se ter de fato uma política que possa assegurar aos estudantes o direito a assistência estudantil, visto que, o PNAES se configura enquanto um programa, portanto, não dando garantia de sua continuação. É preciso reforçar a importância da assistência estudantil enquanto um direito necessário para a construção de um modelo de educação superior público, gratuito, e de qualidade.

#### **IV. CONCLUSÃO**

A educação superior brasileira, ao longo de sua história é construída num espaço de contradições, de um lado a lógica em favor do desenvolvimento capitalista, do outro, a luta dos movimentos sociais/estudantis pelo direito à educação, de modo a atentar para a construção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade, que possa oferecer as condições de permanência e oportunidade para toda a população. É nesse campo em que se faz necessária a criação de uma política que pudesse garantir aos estudantes o direito de ingressar no ensino superior com as suas condições de permanência garantidas.

Os desafios postos para a assistência estudantil se materializam no caráter de focalização, fragmentação e seletividade das políticas, que são a marca registrada das políticas sociais no neoliberalismo, de modo a se ter cada vez mais um número maior de estudantes ingressando no superior que precisam dos auxílios, e na contramão um número cada vez menor de auxílios e bolsas disponibilizadas.

É preciso lutar para que a assistência estudantil se constitua enquanto uma política, superando o caráter de programa. Para que, possa se realizar de forma ampla, de modo a contemplar todos os aspectos que envolvem a permanência e o desenvolvimento do estudante dentro e fora da instituição, no sentido de poder atender não apenas o aspecto socioeconômico, mas sim, possibilitar o acesso ao lazer, ao esporte, a cultura.

Assim sendo, os tempos atuais exigem que se tenham reforçadas as lutas construídas coletivamente por uma educação superior pública, gratuita, de qualidade, por uma universidade que além de garantir a permanência dos estudantes, se construa enquanto espaço de livre produção de conhecimento e resistência, para os ataques neoliberais sofridos pelos direitos sociais.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo Assistência e Educação: análise**



assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana. 2003. 232 f. Dissertação de (Mestrado em Serviço Social, Movimentos Sociais, Direitos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife [s.n.], 2014. p. 47-78.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES/2010**. Brasília, 2010.

CORAL, Marinês. **A expansão e interiorização da universidade federal de alagoas no agreste alagoano e a formação profissional na área do serviço social**. 2014. Projeto de Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco [s.n.], 2014.

FRANCO, Nádia (Ed.). **Fies: 70% das vagas em 2016 serão para áreas de saúde, engenharia e licenciatura**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-12/fies-70-das-vagas-em-2016-serao-para-areas-de-saude-engenharia-e>>. Acesso em: 18 maio 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEC. **O que é o REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 22 maio 2016.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: [s.n.], 2011.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.